

LEI Nº 3.294, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

Revogada pela Lei nº. 3.820/2023

~~DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO "FUNDO MUNICIPAL DE BEM-ESTAR ANIMAL".~~

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe confere o art. 46, inciso XI, da Lei Orgânica do Município, aprovou e o Prefeito Municipal de Alegre sanciona a seguinte Lei:~~

~~CAPÍTULO I~~ **~~DA FINALIDADE~~**

~~**Art. 1º.** Fica criado no Município de Alegre, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, o "Fundo Municipal de Bem-Estar Animal" que tem por objetivo o financiamento, o investimento, a expansão e o aprimoramento contínuo das ações destinadas ao controle e promoção do bem-estar animal.~~

~~**Art. 2º.** Os recursos do Fundo Municipal de Bem-Estar Animal destinam-se a:~~

- ~~**I.** Financiar e investir em programas e projetos relativos ao controle e bem-estar animal;~~
- ~~**II.** Implantar e desenvolver programas de controle populacional, que contemplem registro, identificação, recolhimento, manejo e destinação de animais sob custódia do Município;~~
- ~~**III.** fiscalizar e ampliar as normas municipais previstas em legislação de proteção e controle animal e aquelas relativas à criação, comercialização, propriedade, posse, guarda, uso, transporte, tráfego, e demais regulações municipais concernentes a animais.~~
- ~~**IV.** apoiar programas e projetos que visem a defender, oferecer tratamento e destinação aos animais;~~
- ~~**V.** promover campanhas de educação e conscientização;~~
- ~~**VI.** informar e divulgar as ações, programas e projetos em desenvolvimento, as medidas preventivas e profiláticas e as normas vigentes, princípios e preceitos de bem-estar animal;~~
- ~~**VII.** capacitar agentes, funcionários e profissionais de pessoas jurídicas de direito público e privado.~~

~~CAPÍTULO II~~ **~~DOS RECURSOS FINANCEIROS~~**

~~**Art. 3º.** Constituem recursos do Fundo Municipal de Bem-Estar Animal:~~

- ~~**I.** dotações orçamentárias a ele especificamente destinadas;~~
- ~~**II.** créditos adicionais suplementares a ele destinados;~~
- ~~**III.** doações, legados ou subvenções de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;~~
- ~~**IV.** doações de entidades internacionais;~~
- ~~**V.** valores advindos de acordos, contratos, consórcios e convênios, termos de cooperação e outras modalidades de ajuste;~~

- ~~VI.~~ rendimentos obtidos com a aplicação de seu próprio patrimônio;
- ~~VII.~~ recursos provenientes de arrecadação das multas impostas pelo município por infrações à legislação de proteção aos animais e às normas de criação, comercialização, propriedade, posse, guarda, uso, transporte, tráfego, e demais regulações municipais concernentes a animais;
- ~~VII.~~ recursos provenientes da arrecadação de taxas aplicáveis à matéria;
- ~~IX.~~ recursos provenientes de repasses ao Município de Alegre, previstos em legislação de proteção aos animais, controle animal e gerenciamento em saúde pública;
- ~~X.~~ transferências ou repasses financeiros oriundos de convênios celebrados com o governo federal e estadual, destinados à execução de planos e programas de interesse comum no que concerne às ações de promoção do bem-estar animal;
- ~~XI.~~ empréstimos nacionais, internacionais e recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos intergovernamentais;
- ~~XII.~~ outras receitas eventuais.

Art. 4º. Os recursos do Fundo Municipal de Bem-Estar Animal serão movimentados em conta corrente específica de instituição financeira, sendo administrados pelo Conselho Diretor.

~~CAPÍTULO III~~ **~~DO CONSELHO DIRETOR~~**

Art. 5º. Fica criado o Conselho Diretor do Fundo Municipal de Bem-Estar Animal, que será presidido pelo Secretário Municipal de Saúde e Saneamento, na forma que seu Regimento Interno dispor, e composto por 7 (sete) membros efetivos, sendo:

- ~~I~~— Um representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- ~~II~~— Um representante de organização não governamental de defesa animal, legalmente constituída;
- ~~III~~— Um representante do Conselho Regional de Medicina Veterinária/ES;
- ~~IV~~— Um representante do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Espírito Santo CCAUFES;
- ~~V~~— Um representante da Câmara Municipal de Alegre;
- ~~VI~~— Um representante do Conselho Municipal de Saúde;
- ~~VII~~— um representante da sociedade civil, indicado pela Secretária Municipal de Saúde.

Art. 6º. O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente tantas vezes quanto necessário, por convocação de seu Presidente.

§1º. O mandato dos membros do Conselho será de dois anos, admitindo-se uma recondução por igual período.

§2º. As decisões do Conselho serão tomadas mediante votação por maioria simples, com a presença mínima de três de seus membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

§3º. O funcionamento do Conselho e as atribuições dos membros serão fixados em seu Regimento Interno.

Art. 7º. Compete ao Conselho Diretor:

- ~~I.~~ Estabelecer as diretrizes para a gestão do Fundo Municipal de Bem-Estar Animal.
- ~~II.~~ Aprovar as operações de financiamento, inclusive as realidades a fundo perdido;
- ~~III.~~ Submeter anualmente à apreciação do Executivo e Câmara Municipal relatório de atividades desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Bem-Estar Animal.

~~IV.~~ Administrar e promover o cumprimento da finalidade do Fundo Municipal de Bem-Estar Animal;

~~V.~~ Opinar quanto ao mérito, na aceitação de doações, legados, subvenções e contribuições de qualquer natureza;

~~VI.~~ Fiscalizar a arrecadação da receita e seu recolhimento à tesouraria da Prefeitura;

~~VII.~~ Prestar contas à sociedade civil do Fundo Municipal de Bem-Estar Animal.

~~**Parágrafo único.** Compete ao Conselho Diretor estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos do Fundo, em conformidade com a Política Municipal, obedecidas as diretrizes federais e estaduais.~~

~~**Art. 8º.** O Conselho do Fundo Municipal de Bem-Estar Animal e os gestores por ele responsáveis ficam obrigados a manter atualizadas, em página própria na internet, informações acerca da receita de cada exercício fiscal, e esclarecer sobre a forma de aplicação, destinação e projetos aos quais serão atribuídos aqueles valores.~~

~~**Art. 9º.** Para execução dos trabalhos relativos ao Fundo Municipal de Bem-Estar Animal serão designados, por ato do Executivo funcionários pertencentes ao quadro de administrações direta e indireta que compõe a estrutura da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.~~

~~**§1º.** Os servidores da Administração Direta ou indireta que interagem com o Conselho Diretor não terão direito a nenhuma vantagem, além daquelas inerentes aos cargos que exercem na Administração Municipal;~~

~~**§2º.** Dentre os servidores designados, o Presidente indicará o responsável pelos trabalhos de expediente.~~

~~**CAPÍTULO IV DO CONSELHO FISCAL**~~

~~**Art. 10.** O Conselho Fiscal do Fundo Municipal de Bem-Estar Animal será composto por 03 (três) membros titulares e respectivos suplentes, indicados, cada qual, pelo Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, Secretário Municipal de Saúde e Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Espírito Santo.~~

~~**Art. 11** Compete ao Conselho Fiscal:~~

~~**I.** analisar e aprovar as prestações de contas, balancetes, balanços e demais demonstrativos econômico-financeiros referentes à movimentação do Fundo Municipal de Bem-Estar Animal;~~

~~**II.** subscrever junto ao Conselho Diretor o relatório de atividades anual desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Bem-Estar Animal ao Executivo e Legislativo municipal.~~

~~**CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**~~

~~**Art. 12.** As funções dos membros do Conselho Diretor e Fiscal serão consideradas como serviço público relevante, vedada, porém, sua remuneração a qualquer título.~~

~~**Art. 13.** A gestão e administração do Fundo Municipal de Bem-Estar Animal ficará a cargo da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Diretor, e poderá, para consecução dos seus objetivos:~~

~~**I.** utilizar de serviços de infraestrutura da secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, inclusive alocando recursos humanos de seus quadros funcionais para~~

~~desenvolver atividades administrativas específicas do Fundo Municipal de Bem-Estar Animal;~~

~~**II.** celebrar convênios, acordos e contratos de financiamento com pessoas jurídicas.~~

~~**Art. 14.** O Poder Executivo regulamentará esta lei, no prazo de sessenta dias, aditando normas complementares necessárias à execução e fiscalização dessa lei.~~

~~**Art. 15.** As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.~~

~~**Art. 16.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

Alegre (ES), 12 de dezembro de 2013.

PAULO LEMOS BARBOSA
Prefeito Municipal